

## **Economia simbólica, aprendizado político e institucionalização da mídia no Brasil\***

**N**a última metade do século XX assistimos à uma profunda transformação operada na sociedade brasileira, da qual um dos aspectos mais significativos – embora nem sempre observado com a devida atenção – foi o que poderíamos chamar de seu processo massivo de midiaticização. Se por um lado já se tornou corriqueiro falar, na produção acadêmica e jornalística, da grande transformação operada ao longo das décadas de 1950, 1960 – em especial – e 1970, que fizeram o Brasil deixar de ser uma sociedade predominantemente rural, tornando-se, a partir de então, majoritariamente urbana e industrial<sup>1</sup>, nem sempre se tem atentado, com todas as necessárias conseqüências, para o fato de que, paralelamente a essas grandes mudanças demográficas e econômicas, nos tornamos também um dos maiores e mais competitivos mercados de comunicação de massas.

Em processo que seguiu paralelo à migração para a cidade, ocorreu uma inédita e espetacular incorporação das massas brasileiras ao universo do consumo midiático. Capitaneado pela implantação e rápido desenvolvimento da televisão – com o impulso dado pelo Estado e suas políticas de telecomunicação, particularmente durante o Regime Militar de 1964-1985 – mas também com um aumento significativo da produção e da penetração de mídias mais antigas como o rádio, o jornal e a revista<sup>2</sup>, a difusão massificada do consumo midiático promoveu uma incorporação de indivíduos ao universo do consumo de bens e informações que seguramente não encontra paralelo em nenhum outro momento de nossa história e cujo impacto é ainda difícil diagnosticar e ainda mais arriscado de se ignorar<sup>3</sup>.

---

\* Este texto é resultado de um módulo de pesquisa sobre a « Cultura e política no Brasil de final de século : a mídia », parte do projeto *Brasil em Transição*, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas, incluído no Programa de Centros de Excelência (Pronex) do CNPq, Brasil.

1. W.G. SANTOS, « A pós-revolução brasileira », in H. JAGUARIBE (ed.), *Brasil : sociedade democrática*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1984.
2. Estas últimas beneficiadas também pelo processo simultâneo de democratização e crise econômica. Há que se notar também que não menciono aqui a informatização em rede que se verifica, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1990.
3. Com efeito, o único outro processo de incorporação a que se pode atribuir tamanha importância em nosso contexto atual me parece ser o da universalização de direitos

Com efeito, mesmo uma análise superficial dos eventos de maior impacto político e capacidade de mobilização popular ocorridos nas últimas décadas do século não deixam dúvida quanto ao papel-chave neles exercido pelas mídias. Pense-se, por exemplo, nas campanhas eleitorais, via « Horário eleitoral gratuito », dos anos 1970 – com as importantes vitórias do partido da oposição – a primeira eleição direta para governadores, em 1982, a campanha das « Diretas Já », em 1984 e a mobilização em torno do candidato da Aliança Democrática, os planos econômicos de combate à inflação, a Assembléia Nacional Constituinte, as eleições presidenciais, o *impeachment* de Collor, as diversas Comissões parlamentares de inquérito (CPIs), etc. A lista parece realmente interminável<sup>4</sup>.

Aqui pretendo sugerir somente o quanto uma análise daquilo que poderíamos chamar de um certa economia simbólica geral que circunscreve uma percepção média – ou comum – acerca do grande enredo ético, político, cultural e social brasileiro contemporâneo, pode nos ajudar a compreender o processo de autêntica institucionalização política dos meios de comunicação brasileiros no último quartel do século XX. Assim, para uma compreensão mais adequada desta institucionalização, creio ser necessário retomar, em seus aspectos mais gerais, o processo de transição democrática que nos legou o sistema político brasileiro contemporâneo – tomado aqui num sentido mais amplo que o usual – e no qual a mídia exerce um papel estratégico.

A tese fundamental desta retomada pode ser resumida do seguinte modo :

1) Num primeiro momento, que corresponde aos dois anos que antecederam a criação da Nova República<sup>5</sup> e que se estende, *grosso modo*, até a promulgação da nova Constituição, em 1988, as eleições municipais deste mesmo ano e o início da campanha eleitoral para a sucessão presidencial, em 1989, a nova sociedade, que emergiu das profundas transformações verificadas ao longo do regime militar, avançou e ocupou os espaços que se abriram politicamente, inscrevendo sua marca na própria Constituição, nos resultados eleitorais, na mobilização e organização da sociedade<sup>6</sup>. Esta é a fase que poderíamos chamar a do « construtivismo democratizante » : a crença de que a política regenera o social ;

2) Seguiu-se a este um segundo momento em que, de um lado, o *eixo político-institucional* passou por realinhamentos impostos pela intervenção de

---

políticos trazidos pela transição democrática dos anos 1980 e pela Constituição de 1988, seu ápice e (provisória) consolidação.

4. O « Horário eleitoral gratuito » de propaganda na tv foi instituído pelo Regime Militar nas campanhas legislativas dos anos 1970 e acabou por favorecer, em certos casos, o partido da oposição ao regime. O movimento das « Diretas Já » buscou, em 1984, pressionar os parlamentares brasileiros a que emendassem a constituição autoritária vigente, restabelecendo eleições diretas para a presidência da República. Já a Aliança Democrática foi o nome dado à chapa conjunta do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL) que elegeu indiretamente Tancredo Neves, em seguida à derrota das « Diretas Já », encerrando o ciclo de presidentes militares aberto após 1964.
5. Nova República foi o nome com que o primeiro governo civil após a ditadura militar quis caracterizar a ruptura que pretendia representar.
6. Sobre as características da nova sociedade que emerge da ditadura, ver W.G. SANTOS, « A Pós-Revolução »..., *op. cit.* ; sobre a mobilização e organização da sociedade ao final do regime militar, ver E. DINIZ & R. BOSCHI, « A consolidação democrática no Brasil : atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses », in *Modernização e consolidação democrática no Brasil : Dilemas da Nova República*, São Paulo, Vértice, 1989, e R. BOSCHI, « A abertura e a nova classe média na política brasileira : 1977-1982 », *Dados*, XXVIII (1), 1986.

uma nova variável-chave : a eleição direta para a presidência da República, e a incorporação, em nova magnitude, do elemento simbólico e ideológico nos cálculos políticos. O que permitiu, inclusive, que a eleição majoritária para o Palácio do Planalto subvertesse, ao menos num primeiro momento, os padrões mais tradicionais de campanha clientelística e classista/corporativa. Por outro lado, este momento foi marcado também, no *eixo social* « estrutural », por um processo de reação e rearticulação dos interesses dominantes em função dos novos parâmetros de sociabilidade definidos pela Constituição, da persistência da crise econômica e do aprendizado com relação aos fracassos de política econômica do período Sarney<sup>7</sup>.

No bojo destas mudanças teve início uma polarização do espaço e do discurso públicos – polarização que por vezes assumiu formas tecnicistas, por outras explicitamente políticas – em função de diagnósticos acerca das necessidades estruturais e conjunturais para a retomada do crescimento, e de conflitos que opunham, de um lado, a defesa de direitos e/ou prerrogativas e, de outro, projetos de imposição de um novo « pacto social », com a clara ascendência e busca de controle por parte das elites.

Este foi o momento da crítica moralista (e/ou tecnicista) da política, configurado agora num *construtivismo restaurador e excludente*, segundo o qual a política emperra o econômico (ou, o social, via mercado)<sup>8</sup>. Cronologicamente, esta segunda fase iniciou-se com a conformação da agenda de campanha e da economia simbólica que presidiu (e permitiu) a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989, explicitou-se ao longo de seu curto governo e o de seu sucessor, atingindo seu ápice, porém, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1994, e os primeiros anos de seu governo.

Prosseguiu com a reeleição de FHC em 1998, tomando um novo rumo e assumindo novos significados, contudo, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva em 2002. Configura-se assim, através da observação destes acontecimentos, a hipótese acerca de um específico aprendizado político, em primeiro lugar por parte das elites brasileiras, e em seguida, por setores mais amplos da sociedade, aprendizado que teria se processado à luz daqueles surpreendentes acontecimentos políticos, e demonstrando o seu potencial numa série de mudanças políticas e institucionais.

E para o qual os meios de comunicação de massa teriam contribuindo de forma direta e expressiva. Alterando, inclusive, a natureza e a magnitude das variáveis condicionantes da política.

### Política substantiva e construção de consensos

Com os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, instalada em fevereiro de 1987, parece ter início o que pode ser chamado de política substantiva na Nova República. Até então o jogo político estava dominado por « cálculos aritméticos » direcionados para a obtenção de maiorias frágeis

---

7. José Sarney foi eleito como vice-presidente de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral de 1985 e acabou tomando posse em virtude da doença que acabou por matar o presidente eleito.

8. F. LATTMAN-WELTMAN, « Economia e política na reforma do Estado », in *Lua Nova*, 37, Cedec, 1996.

e oportunas, em detrimento de pautas concretas de governo<sup>9</sup>. Fora assim no processo de disputa e concertação política em que se formou a chapa vitoriosa da Aliança Democrática, e também nos primeiros e hesitantes anos do governo de José Sarney.

A elevação da temperatura dos debates na Assembléia – temperada pelo acirramento da crise, com o fracasso dos sucessivos planos de estabilização – principalmente após os trabalhos da sua Comissão de Sistematização, foi sintomático do começo do enfrentamento das questões substantivas e divisivas. Questões ainda mais polarizadas pelo crescente reconhecimento, ou suspeita, de que a possível solução da crise econômica teria de passar pela política, ou seja, pelo confronto de interesses, e não pela moralização da vida econômica<sup>10</sup>.

O primeiro legado, portanto, do governo Sarney em seus estertores, ao final de 1988 e começo da campanha eleitoral de 1989, foi a inversão do direcionamento do argumento moralista da economia para a política. Se num certo sentido a transição completou-se no período que se abriu com as eleições de 1982, explodiu com a « campanha das diretas », sublimou-se pela vitória de Tancredo Neves no Colégio eleitoral e se encerrou na Constituinte, sob o signo do que chamei de « construtivismo democratizante » – ou seja, a crença de que a política poderia regenerar o social – uma vez iniciada a política substantiva sob as condições desfavoráveis do governo Sarney, alterou-se todo o quadro.

O argumento moralista voltou-se contra seu principal manipulador e colocou o debate sobre a política econômica num novo patamar, em que as soluções não mais puderam ser apresentadas, apenas, através do simplismo do embate « civismo *versus* ganância ». O custo da inversão, contudo, foi mais amplo e com Sarney desacreditou-se também a própria política. De fato, o novo período que se iniciava seria marcado, paulatinamente, pelo desprestígio das instituições, mas em especial o parlamento e seus membros, num deslocamento em que a política passou a ser vista como a esfera a ser prioritariamente moralizada, no sentido da correção dos rumos da economia. De acordo com a nova equação moralista que passou então a vigorar, a política, na verdade, emperrava o econômico e, conseqüentemente, o social via mercado. Se não cabiam mais intervenções moralistas para se corrigir as distorções econômicas, e isto, assumia-se agora, só poderia ser feito através da política – ou melhor, do poder político concentrado no Estado – o caminho era a moralização desta mesma política.

Sarney passou a ser visto como a antítese encarnada de tudo o que o país precisava para sair da crise e retomar o crescimento. O quadro de forças responsável por sua ascensão ao poder e as raízes históricas condicionantes de tal processo se perderam de vista, assim como as variáveis políticas e econômicas, mais ou menos conjunturais, que inviabilizaram o sucesso de seu governo. Apenas as suas características pessoais – não de todo desprovidas de significação – foram relevadas, reduzindo-se o enfoque da

---

9. R. LESSA, « Reflexões sobre a Gênese de uma Democracia Banal », in *Modernização e consolidação democrática no Brasil...*, *op. cit.* [veja nota 6].

10. Tal como o processo de apresentação e defesa do Plano Cruzado, de estabilização monetária, em 1986, tentou fazer acreditar, com seu cortejo de « fiscais do Sarney » – populares que eram convocados a zelar pessoalmente pelo congelamento dos preços nos mercados –, confisco do boi gordo (que estaria sendo estocado para fins de especulação), etc.

---

crise política às suas dimensões morais e à uma questão de pura e simples vontade política. Foi justamente neste quadro que se desenrolou o jogo simbólico e narrativo da eleição de 1989.

É preciso, no entanto, ressaltar que o legado desta primeira fase da Nova República não se esgotou de modo algum nas vicissitudes do governo Sarney. Na verdade outras variáveis de tão amplo significado, espectro e repercussão foram aquelas estabelecidas pelo trajeto da Assembléia Nacional Constituinte e pelo conteúdo da nova Constituição, promulgada em outubro de 1988. No que se referia à institucionalidade política, mais especificamente, a Constituição interveio de modo decisivo na formação de cálculos e estratégias estabelecendo o calendário político e eleitoral, assim como suas regras (sem menosprezar, é claro, suas importantes inovações relativas, por exemplo, à redistribuição de prerrogativas entre os poderes, e de encargos e recursos entre os três níveis da administração pública). Ressaltavam mais imediata e visivelmente no horizonte àquele momento, como não poderia deixar de ser, a manutenção do sistema presidencialista de governo, a fixação dos mandatos presidenciais e a definição das primeiras eleições para o governo federal em 1989.

Do ponto de vista social mais amplo, o conteúdo substantivo da nova Carta, com sua ênfase na ampliação dos direitos sociais, definiu o quadro geral de coordenadas no qual iria se atualizar a nova sociabilidade pública brasileira e seus confrontos. Tais direitos e garantias, somados às tentativas de se direcionar a atividade econômica no sentido do cumprimento de suas « funções sociais », com o predomínio, ainda, de um enfoque nacionalista e de razões de Estado nas prescrições às políticas econômica e industrial, se destacaram do conjunto, amplo, ambíguo e possivelmente contraditório de normas, demarcando as fronteiras para a ação e mobilização política dos interesses. Configurando assim, ora um patrimônio a ser defendido e regulamentado, ora um conjunto de entraves e obstáculos a serem removidos. Mas acima de tudo uma agenda, ou conjunto de agendas, que nomeava e delimitava os objetos de investimento político, fornecendo ao pensar (mais ou menos ideológico) a matéria-prima de suas reificações<sup>11</sup>.

O novo quadro de política substantiva, definitivamente deslançado pelos debates da Assembléia, ganhou assim as suas linhas de definição e foi

---

11. Sem dúvida alguma a nova Constituição caracterizou-se por seu afã regulatório, sua ambigüidade com relação ao Estado - de quem procurava se retirar o máximo de prerrogativas e poderes usurpados à cidadania, mas a quem, ao mesmo tempo, se apelava como avalista diante de uma sociedade/mercado indignos de confiança - e por seu construtivismo exacerbado numa crença na produção de uma moralidade por decreto. Uns e outros aspectos, no entanto, corroboram a sua maior qualidade e realização: a de se constituir num flagrante, numa imagem, enfim, numa *representação* perfeita e sintética do universo de desejos políticos e sociais da nação, àquele momento, com todas as suas contradições e mesclas anárquicas de concretude e mito. Quer dizer, toda a sua frágil e contingente *verdade*. A ambigüidade básica do período, expressa na inoperância do « governo da transição » (de Sarney) e na vitalidade do « processo social da transição », foi assim definida por Luiz Werneck Vianna: « Desde a eleição de Tancredo, por transição devemos entender processo social da transição mais governo da transição. Mas qual a política do governo da transição? Não ter política alguma, pois há dois anos coexiste com as instituições do antigo regime, promete o que não pode cumprir, como o congelamento de preços, cumpre o que ninguém pediu, como o [Plano] Cruzado II, e estimula impasses para ter o que fazer com sua administração. O governo da transição confia é na fortuna, e por isso se solta ao regime dos ventos. Nisto, seu engano e seu mérito, porque tudo que sugere apatia, omissão e imobilismo na operação do governo se transmuta em energia e vivacidade quando se toma o ângulo da sociedade civil », L.W.VIANNA, *A transição: da Constituinte à sucessão presidencial*, Rio de Janeiro, Revan, 1989: 19, 20.

nos marcos estabelecidos por estas que se desenvolveriam, doravante, os confrontos políticos e ideológicos mais relevantes do período. Uma vez dada a partida na sucessão eleitoral, portanto, e começando a sociedade a viver sob as novas coordenadas ditadas pela nova Carta, o que talvez se coloque de mais claro para a análise (retrospectiva, é claro) é a visível inadaptação da maioria dos partidos e lideranças políticas ao novo quadro de disputa eleitoral, efeitos naturais derivados do caráter evidentemente inédito do processo, e do desconhecimento geral a respeito das novas variáveis e categorias de cálculo. Somente a intuição, desde que muito bem azeitada, poderia valer aos atores (como de fato valeu)<sup>12</sup>.

Mesmo a possivelmente visível falência dos esquemas interpretativos e explicativos mais tradicionais e simplistas – tanto à esquerda quanto à direita – só poderia se apresentar *a posteriori*, no rescaldo dos resultados finais. De modo que, num primeiro momento, as etapas iniciais do processo eleitoral privilegiavam candidaturas (Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista, PDT, e Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, PT) beneficiadas por sua definição prévia e por sua verdadeira imersão em formas de institucionalização e/ou movimentos político-sociais em franca atividade, como o demonstra a forma final da Constituição, abordada acima. Candidaturas cujo movimento, portanto, antecedia a abertura oficial da disputa.

Do mesmo modo, inúmeras outras candidaturas menores assomaram, se beneficiando da abertura do jogo após a definição constitucional, da fragmentação do mercado político, proporcionada pela amplitude e riqueza da agenda institucional<sup>13</sup>, e da inauguração do debate substantivo. Do lado dos partidos mais diretamente comprometidos com a transição, e seu governo, porém, a crise estava inexoravelmente instalada e o momento era de hesitação. Aqui havia muito o que se perder e o ineditism do processo trazia consigo novas dúvidas e interrogações, aumentando consideravelmente o grau de incerteza e insegurança para quem havia se acostumado a ter as rédeas do processo em suas mãos<sup>14</sup>. Os grandes partidos, o PMDB e o PFL, hesitavam e suas poderosas máquinas iriam ratear em convulsões internas e na indefinição de suas candidaturas<sup>15</sup>.

Do lado da sociedade, porém, o processo da transição e seu ápice, a nova Carta, frutificavam num debate cada vez mais rico, onde, por outro lado, o descontrole da economia e o desprestígio da política institucional – legados do governo Sarney, já findo porém não concluído – contribuíam para a conformação de uma agenda de campanha cada vez mais bem definida.

---

12. Luis Eduardo Soares é particularmente feliz ao analisar este estado de coisas, ou « espírito », através da ênfase na importância para os atores políticos de recursos como um certo *feeling* ou sensibilidade para atingir o imaginário popular, L.E. SOARES, « Os dois corpos do Presidente », in *Cadernos de Conjuntura*, 28, IUPERJ, 1990.

13. Assim como das liberalidades da legislação eleitoral, J.M. NICOLAU, *Multipartidarismo e democracia*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

14. Esta nova situação em que se encontram estes partidos, e os problemas daí advindos, podem ser melhor visualizados se comparados ao processo sucessório anterior, dominado pelos mesmos partidos, e realizado ainda sob as restrições do Colégio Eleitoral, R. LESSA, « Reflexões sobre a Gênese... », in *Modernização e consolidação democrática no Brasil...*, op. cit. [veja nota 6].

15. Até as desconfortáveis definições em torno de Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, respectivamente. O Partido da Social-Democracia Brasileira, o PSDB, dissidência do PMDB e da transição, também apresentará, curiosamente, traços de hesitação semelhantes.

---

Mediadores e artífices privilegiados desta definição, os meios de comunicação articulavam os diferentes níveis de informação e elementos discursivos deste grande debate, dando a ele, mesmo que apenas no nível mais geral de agregação, uma certa coerência e um sentido (que, de outro modo, possivelmente não possuiriam, necessariamente): moralização da política, despolitização da economia, intervencionismo técnico-burocrático na política para eliminação da intervenção do Estado na vida econômica, o social como subproduto do mercado, mas acima de tudo, a fetichização do moderno sob a forma de uma hipostasia da vontade política informada «cientificamente», foram as linhas mestras de um programa explicitado para o conjunto do eleitorado, antes de qualquer candidato, pelos mídia<sup>16</sup>. Mídias que, no entanto, como interlocutores das elites e da *intelligentzia*, compartilhavam da perplexidade e dificuldade de análise gerais. E que, paradoxalmente, dada a dianteira dos candidatos de esquerda e a hesitação das máquinas da transição (além do imobilismo de lideranças remanescentes dos sistemas anteriores), não tinham candidato próprio no alvorecer da campanha<sup>17</sup>.

Estes processos plenos de nuances e contradições, protagonizados pelos modernos meios de comunicação de massa, conduziram à conformação, imediatamente antes e durante a campanha de 1989, de uma determinada economia simbólica que se tornou propícia à aventura política de Collor de Mello (a despeito dos próprios possíveis interesses da mídia).

Acima de tudo um homem de comunicação, Fernando Collor, auxiliado por um pequeno, porém eficiente aparato de pesquisa e *marketing* político – além de um talento raro para a intuição e para a prestidigitação políticas – inseriu-se de modo surpreendente no vácuo político operado pelo suicídio eleitoral dos grandes partidos, beneficiou-se da polarização da campanha operada pelas dianteiras iniciais de Lula e Brizola, incorporando habilmente todas as pautas do programa de governo «da mídia». Irrompendo na disputa com uma bagagem de *slogans*, caras e bocas ensaiados e depurados ao longo de dois anos de governo no estado de Alagoas, onde desenvolvera toda uma técnica de auto-promoção voltada para a captura da atenção das câmeras de tv e das pautas dos grandes órgãos de imprensa do eixo Rio-São Paulo, o «caçador de marajás» garantiu para si, desse modo, um livre e poderoso acesso ao imaginário político nacional. Favorecendo-se assim do clima de indignação moral e desprestígio das instituições para veicular o seu messianismo político<sup>18</sup>.

Como se viu, o resultado acabou superando todas as expectativas (inclusive as do próprio candidato). De tal modo, que não apenas as forças mais tradicionais do fisiologismo político e dos setores especializados na privatização do público, mas também os próprios meios de comunicação e

16. F. LATTMAN-WELTMAN, «Economia e política...», *op. cit.*

17. Os exemplos de tal estado de coisas entre os mídia, à época, são muitos e pude coletar uma boa amostra deles (F. LATTMAN-WELTMAN *et al.*, *A imprensa faz e desfaz um Presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do «fenômeno» Collor*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994). A matéria de imprensa que, contudo, melhor sintetiza o momento é a edição da revista «Isto É/Senhor», de 22 de março de 1989, que, focalizando aquilo que chamou de «o espectro de Brizola», híbrido dos candidatos que lideravam as pesquisas, listava todos os candidatos que poderiam então ganhar o apreço das elites e enfrentar os nomes de esquerda (no livro citado acima, p. 16).

18. A caracterização do estilo de Collor como uma forma de «messianismo político» pode ser encontrada em F. OLIVEIRA, *Collor, a falsificação da ira*, Rio de Janeiro, Imago, 1992.

imprensa, acabaram por « optar » por Collor, diante das alternativas apresentadas durante a campanha – em poucas palavras, ou Collor, ou « Brizula ».

A combinação, de um lado, de tanta insegurança em termos de candidaturas e, de outro, tamanha certeza em torno do programa ideal – ou, ao menos, da certeza quanto à ojeriza pela vitória do suposto programa da esquerda – conduziram as elites e seus principais interlocutores no rumo de uma autêntica aposta. Que, como se viu, em pouco tempo mostrou-se arriscada e custosa demais. Ainda durante um bom período, porém, a aposta foi mantida (e, a rigor, ampliada). Mais até : com o início e desenrolar do governo Collor, e a explicitação por este, tanto em termos de medidas administrativas quanto no que se referia a suas manifestações, de um conjunto articulado de propostas que aprofundavam o programa dos mídia, encampado durante a campanha, o crédito dos investidores da elite manteve-se em vigor, em favor do seu depositário.

A lenta e gradual erosão da credibilidade do eleito, porém, tanto pelos insucessos práticos quanto pela adoção de uma postura por demais arrogante, autoritária e auto-suficiente no trato com seus pares, no Estado e na sociedade, conduziu ao início do lento e penoso resgate. E assim como ocorrera anteriormente com Sarney, o feitiço voltou-se contra o novo feiticeiro. A pregação moralista, manipulada à exaustão pelo « caçador de marajás », mantinha o seu vigor, invertendo, contudo, os seus sinais.

Numa nova demonstração da complexidade e da rapidez com que podem se transformar os referenciais simbólicos nesta nossa nova democracia midiaticizada, a decepção e os descontentamentos crescentes, de vários grupos e setores, se condensaram num ciclo interminável de denúncias contra o governo. A onda de descrédito se avolumou a cada mês, inviabilizando todas as tentativas de reforma ministerial e de (re) construção de uma base de apoio ao Presidente, envolvendo de modo cada vez mais próximo a sua própria pessoa nos esquemas de corrupção que vinham à tona.

Mais uma vez o inusitado aconteceu. Uma comissão parlamentar de inquérito atingiu o seu término e os seus objetivos mais ambiciosos. Sob o empuxe de mais uma surpreendente e poderosa mobilização popular, um Presidente da República, eleito pelo voto direto, foi deposto. Sem golpe, sem ruptura institucional. Desta vez, porém, a mídia se colocou à frente do processo e, a rigor, o conduziu, sob a forma de um enredo novelesco que, catarticamente, reconciliou a Nação afrontada com seus princípios morais ideais.

Extirpado o corpo estranho e daninho do posto máximo da República, o país celebrou a sua saúde moral, após a temível intervenção cirúrgica. Graças à habilidade dos interventores preservou-se o regime e as instituições. E o que é melhor : salvou-se, também, o programa – anterior e maior do que Collor – e que pôde, assim, perfeitamente sobreviver à sua passagem meteórica. Vale a pena recordar um pouco desta rara manifestação da arte político-ideológica nacional, tal como expresso por alguns dos seus artífices principais<sup>19</sup> :

---

19. No dia em que o afastamento de Collor seria votado e aprovado no Congresso nacional.

---

« O apoio que o *Jornal do Brasil* dispensou ao Presidente da República, desde sua posse em março de 1990, foi simultaneamente inspirado em razões de ordem política, econômica e moral. Razões essas maiores do que o cidadão Fernando Collor de Mello. Desde a campanha o Presidente sustentou, politicamente, o ideário social-liberal, com o qual o *Jornal do Brasil* sempre se identificou [...]. Economicamente, Fernando Collor empunhou no governo as bandeiras corretas da livre empresa, da liberdade do comércio exterior, da privatização, da competitividade e do abandono das muletas do protecionismo [...]. Finalmente [...] o Presidente elegeu-se como caçador de "marajás", empolgando o país [...] prometendo regenerar a vida pública brasileira, marcada pela corrupção, pelo clientelismo, pela impunidade. Collor não honrou este compromisso e comprometeu toda a sua plataforma de governo. Por esta razão o *Jornal do Brasil* retirou seu apoio ao Presidente, nesta hora de definição inapelável [...]. Em face de tudo isso, e em nome dos mais altos interesses da nação, o *Jornal do Brasil* espera que os congressistas sejam fiéis ao sentimento geral do povo brasileiro e votem pela admissibilidade do processo de "impeachment" do Presidente da República » (*Jornal do Brasil*, 29 de setembro de 1992).

« Da perspectiva da dita modernidade, o programa com que o sr. Collor de Mello se apresentou à Nação em 1989 ainda é válido [...]. A Nação, traída mais uma vez, demonstrou que sabe escolher quando lhe é dada a oportunidade : a vontade do povo nunca erra. Ela não errou ao escolher [...] alguém que prometia a reforma do Estado e a modernização da sociedade. O povo não errou : foi traído pela cobiça de alguns poucos, pela cumplicidade de muitos... » (*O Estado de S. Paulo*, 30 de setembro de 1992).

« Mais do que as instituições, o antigo "caçador de marajás" agrediu o programa com que se elegeu e as esperanças de transformação que despertou. E não se trata aqui somente da corrupção. A reforma da sociedade e do Estado brasileiro, que Collor inquestionavelmente contribuiu para inscrever na agenda das prioridades do país, avançou timidamente, sob o peso colossal de práticas oligárquicas. Como tudo em seu governo, a idéia da modernização foi manipulada como mais um ingrediente de marketing » (*Folha de S. Paulo*, 29 de setembro de 1992)<sup>20</sup>.

Talvez a maior demonstração desta crescente autonomia alcançada por um programa de elite para o governo brasileiro – e, cada vez mais, um projeto de hegemonia política para o país – possa ser encontrada, contudo, na trajetória do governo do vice-presidente Itamar Franco (que se seguiu ao *impeachment*).

De fato, é difícil compreender como um político de pouca expressão, sobre quem pairavam dúvidas quanto a sua capacidade e adequação à função, que não contava com o suporte garantido de quaisquer grandes partidos ou coalizões, e que, por último, mas não menos importante, assumira o poder num momento de grave crise política – sem falar nos crônicos problemas econômicos – enfim, como este ator pôde manter-se à frente de suas responsabilidades e, malgrado o longo e conturbado processo de reformulação ministerial com o qual teve de conviver, concluir o seu

---

20. Embora publicado bem antes (no dia 1º de setembro de 1992), é digno de menção, também, o editorial intitulado « O que não muda », do jornal *O Globo* : « caso vingue o processo de *impeachment* [...] o Brasil [não poderá] voltar as costas aos avanços significativos que já fizemos na direção de um país moderno, eficiente e, por isso, justo. O atual programa de governo, em suas linhas gerais, representa mais que uma opção correta : ele é a única escolha para uma sociedade que não se conforma com a estagnação e a miséria. Portanto, transcende às pessoas e aos partidos ».

mandato em condições relativamente favoráveis. De tal modo que, além de eleger seu sucessor, deixou o cargo com ótimos índices de popularidade.

À parte suas possíveis (ou mesmo insuspeitadas) qualidades pessoais, creio que o sucesso de Itamar Franco pode ser interpretado como um verdadeiro sinal do amadurecimento do projeto político, esboçado na campanha eleitoral e melhor explicitado pelo governo Collor, que, tendo sobrevivido perfeitamente à derrocada deste último, permitiu que a interinidade do sucessor se perpetuasse, a despeito de todas as possíveis idiosincrasias deste e das turbulências do período (em grande parte daí mesmo advindas).

De tal modo que se torna mesmo possível falar, com relação ao governo Itamar, numa espécie de « institucionalização da precariedade », que, paradoxalmente, sob as aparências de inconstância (e/ou inconsistência) do governo, pôde ocultar a coerência e a sistematicidade crescentes de uma coalizão informal de forças que ganhara maior definição e substância. Fazendo, inclusive, com que, ao contrário do que sucedeu (e sucederá novamente) em conjunturas eleitorais, no momento « não-messiânico<sup>21</sup>, de exercício rotineiro da administração as qualidades pessoais do Presidente percam muito de sua importância diante da pauta política substantiva.

E assim, guardadas as idas e vindas do governo, e os desvios de caráter mais popular (ou popularesco) nada de essencial se alterou em suas políticas. A maior evidência para a hipótese acerca da consolidação do programa/projeto, porém, parece se encontrar no contraste entre a alta rotatividade inicial de ministros, marca da primeira fase do governo Itamar, e a estabilidade, ao menos aparente, alcançada por este a partir da chegada de Fernando Henrique Cardoso ao posto de (super) ministro da Fazenda<sup>22</sup>.

Com efeito, se é tentado mesmo a sugerir que o parlamentarismo, derrotado de direito no plebiscito de 1993, estabeleceu-se informal e contingentemente, de fato, com o início da gestão de FHC na Fazenda. Pistas para este estado de coisas poderiam ser encontradas nas condições que parece ter imposto para assumir o cargo e no modo com que sua posse foi festejada e seu perfil de estadista incensado pelos mídia, pelas elites políticas e econômicas e, por último mas não menos importante, pelo próprio Itamar.

Principiava assim o processo de « eleição » - prévia à eleição propriamente dita - que havia igualmente se dado com Collor, alguns anos antes. Desta vez, porém, o processo se dava com um grau de intencionalidade e consistência muito maior, num movimento de sugestão muito mais claramente identificado no sentido do alto para o baixo, num processo de concertação informal intra-elites muito mais nítido e auto-consciente. Desta vez não se deixaria maiores espaços abertos ao acaso, à improvisação, ao risco.

O programa, já consolidado, estabeleceu as novas características de seu eleito - já que no processo eleitoral os atributos pessoais seguem sendo fundamentais - e encontrou a sua nova encarnação, em tudo diferente do fracassado escolhido de outrora.

Outras modificações operadas no processo eleitoral, contudo, além do perfil do novo eleito, se fariam notar, ilustrando a consistência do projeto. De fato, o ano eleitoral de 1994 principiou ainda marcado pelos extertores da

---

21. F. OLIVEIRA, *Collor, a falsificação da ira*, *op. cit.*

22. Em maio de 1993.

chamada CPI do orçamento, pela entrada em vigor do plano de estabilização do ministro Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real, e pelo fracasso da revisão constitucional<sup>23</sup>. Este último acontecimento, inclusive, parecia indicar, ainda uma vez, a resistência da realidade frente aos modelos construtivistas (e, talvez, a necessidade, para estes, de fundamentar-se melhor nas idiosincrasias daquela)<sup>24</sup>. De qualquer modo, independentemente das próprias condicionantes de caráter interno ao parlamento e às suas interações com o universo de interesses por eles, de algum modo, representados, o fato é que o processo revisional foi atropelado pela urgência tanto do plano de estabilização quanto do início da campanha sucessória. Doravante estes dois processos se tornariam praticamente indissociáveis.

O Plano Real, independentemente de suas qualidades técnicas e dos resultados econômicos que obteve, já pode figurar na história recente de nosso país, ao menos, como o exemplo mais bem sucedido de verdadeira imposição de um « pacto social », em que os custos sociais do ajuste são unilateral e desigualmente distribuídos entre os grupos sociais através da paulatina e oportuna conversão dos agentes econômicos mais poderosos à sua órbita e racionalidade. Imposição cuja maior qualidade político-estratégica foi o caráter gradual e dialógico (embora restritivo) de sua exposição. Ao contrário dos « pacotes » e « choques » anteriores, simbólica e previamente estigmatizados, o Real foi se impondo às prestações, distribuindo custos e ganhos gradualmente, obtendo assim a adesão daqueles a quem não poderia mesmo – e jamais tentou – enfrentar, e que lhe dariam, como beneficiários, o seu decisivo apoio.

Obteve-se assim o que na conjuntura de 1989 fora impensável: o desenrolar de uma campanha eleitoral, para a presidência inclusive, num cenário de relativo controle da economia e otimismo com relação a seus rumos. Manifestações de confiança no plano e no futuro do país proliferavam, e preços eram mantidos estáveis sem congelamento (após, é claro, serem guarnecidos por todos os necessários reajustes prévios).

Nada disso provavelmente me parece ter sido possível, porém, sem demérito para os seus realizadores, não tivesse o plano sido implementado, tal como o foi, num ano de eleição presidencial. E no qual, inclusive, assomava na liderança das primeiras pesquisas, com uma dianteira considerável – « e assustadora para muitos » o candidato então mais temido e indesejado.

---

23. A chamada CPI do orçamento foi uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou um esquema de corrupção instalado na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional e que teve grande repercussão – principalmente porque realizada um ano após a CPI que resultara no *impeachment* de Collor –, estendendo-se do final de 1993 aos primeiros meses de 1994. Já a revisão constitucional, realizada praticamente no mesmo período, fora determinada previamente pelas disposições transitórias da Carta de 1988, e surgiu assim como grande oportunidade para se emendar a nova Constituição (já que permitiria que isso fosse feito, em caráter extraordinário, com um quorum bem mais baixo do que o usualmente necessário). Seu resultado em termos de mudança real, porém, foi pífio.

24. O caráter dúbio – e suspeito – de tal construtivismo é denunciado, principalmente no que se refere aos seus objetivos político-institucionais mais imediatos, e decisivos para a qualidade de nossa democracia, em W.G. SANTOS, *Retorno: máscaras institucionais do liberalismo oligárquico*, Rio de Janeiro, Opera Nostra, 1994. Quanto às concessões do construtivismo à *realpolitik* do fisiologismo, todo o processo de reformas constitucionais levadas a efeito durante os governos de FHC parece espelhar fielmente esta *démarche*.

---

Cedo se tornou claro que do sucesso do plano dependeria também o sucesso da candidatura comprometida com a efetivação do programa/projeto – daí que a expressão « anticandidatura », como se dizia então da candidatura de Fernando Henrique, ao mesmo tempo em que afirmava, abstraía a anterioridade do projeto em relação ao seu candidato, real ou virtual. Como se esta candidatura, a de FHC, ou de outro personagem com o seu perfil – se existisse, à época – não fosse quase um pré-requisito para a garantia da implementação de uma forma particular de estabilização e reforma econômica (já pressuposta, anteriormente, em sua posse de primeiro-ministro virtual).

Se em 1989 tornou-se necessário o exorcismo do fantasma de « Brizula » através da aposta constrangida e de quase que última hora em Collor, em 1994 a dianteira isolada de Lula deu uma coloração ainda mais viva à polarização do pleito. Polarização esta, na verdade, produzida pela afirmação cada vez mais explícita do projeto e concretizada na implementação do Plano Real contra e à custa dos assalariados e camadas médias.

Desta vez, contudo, não se deveria repetir os erros do passado. Uma série de lições foram aprendidas, explícita ou intuitivamente. E todas as devidas precauções parecem ter sido tomadas. Em primeiro lugar, o perfil do candidato. Nada de reputações suspeitas, nem arroubos arrogantes da juventude ou rasgos de aventureirismo e despreparo intelectual/cultural. Às qualidades auto-atribuídas do Plano – seriedade, calma, consistência, dialogia – se justapunham as do próprio candidato, resumidas (e propagandeadas) numa única palavra : credibilidade.

A consistência do projeto, expressa na simbiose entre o Plano Real e a candidatura FHC, e na linha de continuidade entre o « parlamentarismo virtual » e a (anti) candidatura poderosa, produziu mais uma novidade antes talvez inimaginável : a viabilidade de uma candidatura de situação à sucessão presidencial. Independentemente do uso, lícito ou não, de recursos da máquina do governo na campanha, tal como denunciados então, é por si só digno de registro a desenvoltura do candidato e do governo no apoio mútuo, ora em prol da popularização de um ora do outro – principalmente se voltarmos à comparação com 1989, quando ninguém em sã consciência se apresentaria ao eleitorado como candidato do governo Sarney.

Para a conclusão do cenário de variáveis que presidiram a vitória de Fernando Henrique e/ou do Plano Real é necessário fazer referência, ainda, a dois aspectos que distinguem marcadamente a vitória de um Fernando do outro, ilustrando, também, a evolução do processo político brasileiro, em suas linhas mais gerais, nos últimos dez ou quinze anos.

O primeiro destes diz respeito ao modo com que, diferentemente de 1989, na eleição de 1994 o centro do espectro político foi ocupado de antemão, não se operando o vácuo ao qual fiz referência anteriormente e que acabou sendo ocupado pelo « caçador de marajás ». A aliança entre o PSDB e o PFL pôde perfeitamente se constituir num marco definidor de um novo estágio na evolução do sistema político brasileiro.

É forçoso reconhecer também em todo este processo, e esta é a segunda e última diferença a destacar entre uma eleição e outra, a participação decisiva dos meios de comunicação de massa, em particular na definição da (anti) candidatura e na formação da chapa vitoriosa. Mais uma vez, ao contrário do que sucedeu na vitória de Collor, os mídia não ficaram a reboque da

campanha, tendo, depois, de se adaptar ao fato consumado de uma aposta no escuro. Desta vez sua intervenção não esperou e, como é cada vez mais do seu estilo, não respeitou as temporalidades e peculiaridades próprias da política institucional.

Tendo se exercitado, ao longo dos últimos anos, na antecipação discursiva (e, por conseguinte, prática) dos acontecimentos político-ideológicos, engajou-se diretamente na defesa do (seu) projeto, expresso num plano, numa candidatura e numa chapa. Coroando, assim, um processo de evolução política e ideológica cujos significados e implicações para nossa sociedade se evidenciaram não apenas nos primeiros anos de governo da coalizão vencedora, mas também em sua reeleição e no fim desse arranjo, na última eleição<sup>25</sup>.

Se estas variáveis – ocupação do centro, engajamento competitivo do governo em sua própria sucessão, razoável controle do cenário econômico, mobilização prévia da mídia na definição de candidaturas e plataformas político/ideológicas – demonstrarem a sua pertinência e se confirmarem através de pesquisa mais sistemática, poderemos chegar a algumas conclusões interessantes.

A primeira é que o jogo eleitoral passou ao longo da última década por mudanças significativas nos seus aspectos simbólicos mais evidentes. A busca de nomes com credibilidade, não apenas no meio político propriamente dito, mas também na sociedade civil organizada, parece ser indicativa da prevalência de um padrão de expectativas imposto pelo imaginário social coletivo aos rituais da política e seus mandatários. Imaginário que se alimenta e se reorganiza a partir mesmo da efetivação problemática e conflitiva de tais rituais, do comportamento e das repercussões públicas de tais personagens, e que erige e demole reputações públicas e projetos políticos individuais e coletivos na produção e reprodução ininterrupta e cada vez mais veloz de uma nova institucionalidade política.

Assim, quase que num piscar de olhos, o altar do imaginário político brasileiro entronizou e sacrificou a figura de um « caçador de marajás » e elevou às alturas e reduziu a pó outros projetos de lideranças<sup>26</sup>. Trazendo para o proscênio do grande eleitorado, àquele momento, a imagem de seriedade acadêmica e inatingibilidade intelectual de um Fernando Henrique Cardoso.

Impossível, como vimos, deixar de perceber na celebração das qualidades pessoais do novo *eleito* de 1994 o desejo mais ou menos auto-consciente de corrigir o mal fadado projeto político iniciado e abortado com a decepção provocada por Collor. À arrogância e à intempestividade do primeiro « Fernando » opunha-se a serenidade professoral do segundo. À imagem inidônea do primeiro opunha-se a reputação incontestada do segundo. Ao aventureirismo do primeiro opunha-se a imagem de preparo e de maturidade do segundo.

E mais: ao estilo autoritário, impositivo e surpreendente de gestão econômica dos pacotes colloridos opôs-se a exposição prévia e a condução argumentativa do Plano Real, pelo então ministro da Fazenda, futuro Presidente eleito.

25. Arranjo que, inclusive, pretendia manter-se no poder ainda por um bom tempo.

26. Como Orestes Quércia, Leonel Brizola, e, mais recentemente, Antônio Carlos Magalhães e Jäder Barbalho. - em breve possivelmente redivivos, para novos embates e realinhamentos.

Exposto paulatinamente aos agentes econômicos, proposto como alternativa técnica, pragmática e realista para o combate à inflação, o Plano Real impôs-se na verdade como uma espécie de estratégia de ação coletiva, não-necessariamente ou não-totalmente auto-consciente, e, dadas as circunstâncias – a mal fadada revisão constitucional, o calendário eleitoral e, por último mas não menos importante, a incômoda e assustadora liderança de Lula nas pesquisas – como verdadeira plataforma política e eleitoral.

Realizando assim o milagre do « pacto social », sempre aventado e nunca realizado anteriormente, em mais de uma década de crise inflacionária. « Pacto social » possível, então, apenas devido à conjuntura especialíssima da campanha de 1994, e no qual alguns atores foram « convidados » a passivamente submeter-se a sacrifícios imediatos em troca da promessa do paraíso no futuro.

As importantes distinções que marcaram a eleição do primeiro e do segundo « Fernandos » nos chamam a atenção para um processo de verdadeiro aprendizado político, mesmo que não explícito e/ou auto-consciente, por que passaram certos setores de nossa sociedade, em particular os mais bem dotados de recursos políticos, econômicos e simbólicos.

Desse modo, se, de um lado, o programa de FHC possivelmente repetiu o de Collor, se o seu eleitorado possivelmente se consolidou, ao menos por um certo período, por outro lado as diferenças entre os dois vencedores e entre as suas vitórias apontavam para a formação de uma novíssima identidade de elite, eficaz e possivelmente hegemônica. Uma identidade que talvez ainda mais do que através de um discurso explícito ou de uma entidade formal qualquer se manifesta num conjunto de práticas difusas e não-necessariamente articuladas, no sucesso de táticas e estratégias, mesmo que possivelmente não-elaboradas, e, no entanto, não menos bem sucedidas. Na incorporação de determinados valores, noções e pressupostos a respeito da natureza do jogo político brasileiro, dos caminhos que é preciso trilhar, dos meios e fins adequados para tanto.

### **Variáveis de conjuntura e a novidade de 2002**

À luz dos desenvolvimentos anteriores, é possível então fazer sentido das condições que presidiram as eleições presidenciais seguintes e questionar se é possível, ou não, se perceber alterações tão ou mais significativas do que aquelas que o próprio eleitorado produz ao se manifestar periodicamente. Em especial aquelas que dizem respeito ao papel político dos meios de comunicação.

Como viemos argumentando, as eleições de 1989 e 1994 apresentaram configurações absolutamente distintas no que se refere a quatro variáveis básicas : com relação à ocupação ou não do centro do espectro político nos primeiros meses da campanha, com relação à existência e/ou viabilidade ou não de uma candidatura oficial, com relação ao relativo controle ou descontrole da economia e, finalmente, com relação ao *timing* de intervenção da mídia no processo eleitoral.

---

Se agruparmos estas quatro variáveis num quadro e agregarmos às eleições anteriores também as de 1998 e 2002, teríamos, creio, o seguinte resultado<sup>27</sup>:

Quadro I. - VARIÁVEIS GENÉRICAS DE COMPARAÇÃO ENTRE ELEIÇÕES

<i>Variáveis \ Eleições</i>	1989	1994	1998	2002
1) Ocupação do Centro	-	+	+	+
2) Candidatura Oficial	-	+	+	+
3) Controle da Economia	-	+	+ ou -	+ ou -
4) <i>Timing</i> da Mídia	-	+	+	+

Assim, se, como vimos, não havia candidatura viável de centro ao iniciar-se a disputa de 1989<sup>28</sup>, e em 1994 o espaço foi rapidamente ocupado por FHC, em 1998 a instituição da reeleição permitiu não apenas a recandidatura do Presidente como garantiu a continuidade da aliança vitoriosa quatro anos antes, e, acima de tudo, manteve o centro fortemente ocupado e competitivo em relação a outras alternativas (quer dizer: ocupado com efetiva exclusividade).

Ora, em 2002 o mesmo efeito genérico se produziu com uma abrangência maior e com significados bem distintos. A rigor, em primeiro lugar, no último pleito o centro não apenas foi mais do que nunca ocupado como também, acredito, foi rigorosamente disputado, apresentando uma oferta inédita de candidaturas viáveis. Creio que não é exagero nem injustiça afirmar que todos os quatro candidatos que se mostraram realmente competitivos na disputa – José Serra, Lula, Ciro Gomes e Anthony Garotinho – podem ser qualificados, por suas plataformas, e com as devidas nuances, como de centro. Assim, ao contrário de 1989 – quando a polarização da disputa, desde o seu começo, aproximou Collor do centro (ou vice-versa) – e de 1994 e 1998, quando a nova polarização deu a FHC o favoritismo deste amplo e decisivo setor do eleitorado, em 2002 não houve, por assim dizer, verdadeira polarização entre esquerda e direita, o que anteriormente fizera caber ao centro a posição cômoda de espaço de arbitragem e definição final dos rumos da balança<sup>29</sup>.

Em segundo lugar, portanto, o outro aspecto distintivo de 2002 foi justamente o teor desta ocupação do centro – que, como tal, parece ser condição *sine qua non* de possibilidade de vitória para candidatos no pleito presidencial brasileiro contemporâneo. Este teor é exatamente aquele que

27. Observe-se que estas variáveis não têm pretensão de se constituir em qualquer modelo auto-suficiente para a comparação de processos eleitorais, nem, muito menos, se pretendem a formalização de alguma teoria exaustiva e consistente de análise dos mesmos processos. Sua finalidade se restringe a tornar mais claras as hipóteses deste ensaio de interpretação pouco mais do que conjuntural.

28. Já que o PMDB efetivara a candidatura inviável de Ulysses Guimarães, e outras alternativas à época, como Mário Covas, do PSDB, e Afif Domingos, do Partido Liberal (PL), cresceram depois (principalmente o primeiro), não chegando, porém, a se viabilizar competitivamente (F. LATTMAN-WELTMAN, *A imprensa faz... op. cit.*)

29. Pelo contrário. A única tentativa de polarização de 2002 – levada a efeito pelo candidato José Serra, que tentou ressuscitar velhos fantasmas contra Lula – não deu certo.

distingue as ocupações das três eleições anteriores, que foram (ou acabaram sendo) de centro-direita, da avassaladora e pluralista invasão que a centro-esquerda promoveu na disputa do ano passado. Não pode deixar de ser mencionado, a esse respeito, que mesmo o último candidato da situação representava – historicamente, inclusive – os setores mais à esquerda do PSDB. Por outro lado, a orfandade da direita ficou patente na forma como se fragmentou e acabou a reboque das quatro candidaturas, três delas centradas em siglas de esquerda<sup>30</sup>.

Desse modo, ao longo dos treze últimos anos em que viemos aprendendo como se disputa, se perde e se ganha a eleição presidencial no Brasil, o decisivo centro do espectro político foi primeiro deixado aos ventos da *Fortuna* – e à mercê do « príncipe » de ocasião – para depois ser hábil e exclusivamente ocupado por uma coalizão consistente, até tornar-se, finalmente, o espaço restrito – e, no entanto, plural – de disputa efetiva do poder central, num movimento em que as tendências centrípetas e centrífugas da política nacional se rearticulam permanentemente.

Já a segunda variável aponta também para fatores conjunturais que, no entanto, podem começar a adquirir características mais duradouras (assim como no caso anterior). A viabilidade ou não de candidaturas oficiais, se, por um lado, distinguiu tão radicalmente as duas primeiras eleições da nova democracia brasileira, por outro lado, manteve-se desde então constante nas eleições presidenciais. Talvez seja ainda muito cedo para se dizer qualquer coisa com segurança, a respeito, podendo esta constância ser de caráter puramente contingente (afinal, em 1998 a candidatura oficial foi marcada de modo, até agora único, pela possibilidade de reeleição, e em 2002 embora o candidato oficial tivesse chances reais ele acabou perdendo).

De qualquer modo, a manutenção da viabilidade destas candidaturas deve ao menos poder nos dizer algo, ou sobre a recuperação do poder da máquina governamental nas campanhas, ou sobre a razoável eficiência (ou potencial de eficiência) administrativa ordinária do mesmo governo – reconhecida e recompensada pelo eleitorado. O que, afinal, mais até do que eventuais méritos dos ocupantes do poder, pode significar, tanto em um caso quanto no outro, pura e simplesmente, maior *governabilidade*.

Se os raciocínios anteriores fazem algum sentido, não seria difícil compreender também a efetividade positiva predominante – nas últimas três eleições – da terceira variável do esquema. De fato, me parece difícil deixar de articular, de um lado, a ocupação do centro e a viabilidade de candidaturas oficiais com, de outro, um panorama de relativo controle da economia e suas variáveis principais, presentes de um modo ou de outro nas três últimas campanhas (principalmente se recordarmos o que se viu no período de mais de uma década antes do Real). De fato, sem este relativo controle seria difícil aos candidatos governistas, em primeiro lugar, gozarem de tamanha viabilidade eleitoral<sup>31</sup>. Em segundo lugar, em ambientes conflagrados por índices de inflação galopantes e sensação crescente de descontrole econômico, torna-se sem dúvida bem mais difícil para o centro o exercício dos privilégios com que parece contar em situações mais estáveis.

---

30. Orfandade provocada pela implosão da candidatura de Roseana Sarney, do principal partido conservador, o PFL.

31. Lembremos, de novo, o final do governo Sarney e a orfandade a que sua sucessão ficou relegada.

---

Tanto à direita quanto à esquerda surgem maiores oportunidades para a radicalização e o resultado conseqüente tenderá a ser, obviamente, a polarização das campanhas.

Por outro lado, não creio que se possam menosprezar, inversamente, os possíveis impactos benéficos para a estabilização relativa das condições macroeconômicas advindos da combinação tanto de um quadro de possível ou provável continuidade administrativa – sintonizado pela eventual viabilidade de uma forte candidatura governista – quanto de uma convergência dos candidatos competitivos em torno do centro.

Assim, apesar de, em 1998, a estabilidade econômica se ver ameaçada na reta final da campanha sucessória pela chamada crise da Rússia<sup>32</sup>, e ainda levando-se em conta a polarização eleitoral favorecida pela dianteira inicial de Lula – mas acima de tudo, por sua estratégia claramente (ainda) oposicionista –, a manutenção da ocupação exclusiva do centro por FHC, e, por último, mas não menos importante, a viabilidade de sua recandidatura (a rigor, o exemplo mais perfeito que se poderia obter de « candidatura oficial »), nos foi possível assistir à repetição quase que exata de 1994.

Já em 2002, contudo, embora novas nuvens toldassem o horizonte da economia – com a crise cambial e maus ventos soprando do exterior – o fenômeno inédito de convergência plural para o centro, aliado (não por acaso) à promessa de relativa continuidade na condução de aspectos centrais da política de estabilização econômica vigente, garantiram, também pela primeira vez, uma certa *continuidade*, e, o que é ainda mais interessante, independentemente do candidato vencedor.

De fato, invertendo o raciocínio, talvez se pudesse mesmo dizer que, em 2002, a terceira e decisiva variável conjuntural de nosso modelinho se autonomizou inteiramente diante das anteriores, no sentido de que uma vez assumida por todos os competidores reais como pré-requisito para o sucesso eleitoral – senão para o próprio exercício do governo (e da governabilidade) daí conseqüente(s) –, o controle da economia favorecesse, por si só a ocupação competitiva (interna) do centro, assim como a viabilidade da candidatura oficial (do governo que o tivesse mantido).

Assim, garantido o consenso geral com relação à agenda básica e, desse modo, inegociável, da manutenção da estabilidade do poder de compra da moeda, puderam os quatro ocupantes do centro se digladiar em torno dos aspectos da economia onde o desempenho do governo e dos demais agentes não vinha logrando êxito: no combate ao desemprego, na geração e distribuição de renda, etc.

O grande aprendizado que, acredito, vem marcando o nosso jogo político e eleitoral não seria completo e, a rigor, nem tão eficaz, se não fosse compartilhado e, a partir daí, decisivamente reproduzido, pela mídia. Se ela, em 1989, como disse em outra ocasião, atuou como o « piloto não necessariamente voluntário dos acontecimentos »<sup>33</sup>, – contribuindo para levar ao poder um candidato que não era exatamente o de seus sonhos – e se, em 1994, como vimos, ela posicionou-se de forma muito mais prévia e vantajosa com relação a seu novo « eleito », em 1998 e em 2002 pôde dar novas

---

32. Daí o porquê das ressalvas com relação a esta variável, nos períodos de 1994 e 2002, em nosso quadro I.

33. F. LATTMAN-WELTMAN, *A Imprensa faz... op. cit.*

demonstrações de sua dianteira, porém com significados muito diferentes e dignos de atenção.

Sendo 1998 quase que uma repetição literal de 1994 – à parte a crise russa que, no entanto, só fez aumentar o exclusivismo da ocupação do centro por FHC, diante de um Lula ainda muito à esquerda, o que afinal só contribuiu ainda mais para o alinhamento genérico da mídia em torno do continuísmo – em 2002 a vitória cabal e praticamente incontestada da mesma agenda que se vem gestando desde 1989, configurada hoje no consenso indubitável da manutenção da estabilidade, parece ter deixado os principais corretores da economia simbólica nacional – em especial os mais poderosos – perfeitamente à vontade para acompanhar a disputa a uma certa e confortável distância, sem maiores necessidades de intervenção.

Mantido o controle sobre o ponto essencial da continuidade – ao qual, sem dúvida, jamais faltaria socorro, em caso de necessidade –<sup>34</sup> a cobertura das eleições, nos principais veículos, pôde se pautar por um equilíbrio e equidade dignos dos maiores anseios da boa consciência deontológica e dos sempre tão sérios e bem intencionados manuais de ética jornalística<sup>35</sup>.

### Aprendizado político e institucionalização

Difícil dizer, portanto, até que ponto essas quatro variáveis se mostram, ou se mostrarão com o tempo, meramente conjunturais, ou se traduzem alterações estruturais mais profundas (alguém já teve o bom senso de definir a política como nuvem – sempre em constante movimento – e creio que o mesmo pode ser dito da economia simbólica investida através da mídia).

De qualquer modo, creio que é possível delimitar – pelo menos para efeito de análise e conclusão – três grandes variáveis de caráter histórico que tornariam mais inteligíveis os resultados caracterizados pela aplicação do modelo acima :

Em primeiro lugar, e em linhas muito genéricas, creio estarmos diante de um consenso em torno da democracia liberal e de um conseqüente deslocamento da agenda política e ideológica em prol da inserção competitiva do país no mercado globalizado, com uma democratização simultânea da cidadania em seus diversos conteúdos normativos (civis, políticos, sociais, etc.)<sup>36</sup>. Consenso que, de resto, tornou-se globalmente hegemônico em função da crise geral do *welfare state* europeu, do sucesso econômico – mesmo que relativamente efêmero – dos chamados « tigres asiáticos », e da queda do muro de Berlim. No caso brasileiro – mas também latino-

---

34. A esse respeito, inclusive, talvez fosse interessante checar o modo pelo qual se (des)construiu a imagem do candidato Ciro Gomes – com forte ênfase em suas qualidades (ou defeitos) pessoais de impulsividade e agressividade – justamente num momento da campanha em que ele aparecia nas pesquisas vencendo a disputa pela segunda vaga para o segundo turno da eleição – contra Serra e Garotinho –, chegando mesmo a ameaçar a dianteira de Lula (e num momento em que, inclusive, procurava se colocar à esquerda deste).

35. É claro que existem sempre as exceções. No caso das eleições passadas acho difícil encontrar exemplo melhor disso do que o da revista *Veja* (cujo viés anti-Lula, ou anti-PT, não vem de hoje).

36. Desenvolvi melhor esse argumento em F. LATTMAN-WELTMAN, « Mídia e transição democrática : a (des)institucionalização do *panopticon* no Brasil », in A.A. ABREU *et al.*, *Continuidade e ruptura : mídia, cultura e política no Brasil do final do século XX*, Rio de Janeiro, Editora FGV, no prelo.

americano – este quadro se traduz numa agenda específica de reforma do Estado.

Em seguida, e no contexto brasileiro, mais especificamente, creio que estamos passando, portanto, por um determinado aprendizado político acerca das variáveis institucionais – sistema eleitoral, organização dos poderes, mecanismos de *accountability*, etc. – e também simbólicas, relativas às prerrogativas da mídia no mercado de discursos públicos, e que acabam por condicionar e limitar as percepções, as estratégias e as chances de competição para todos os envolvidos no jogo pelo poder.

Finalmente, isto tem implicado na auto-definição, para a mídia, de seus parâmetros para a intervenção política, em torno de uma certa « eticidade » de caráter « mercadológico », com base no qual ela passa então a se sentir livre para prescrever caminhos e alternativas à sociedade brasileira. Não mais como porta-voz de grupos ou facções, mas justamente ao inverso, com base no pressuposto de sua imparcialidade político-partidária, de seu compromisso com o interesse do leitor, seja este qual for – um comprometimento aferido pela livre competição –, e, por último mas não menos importante, por sua adesão declarada aos princípios e valores de uma concepção liberal (ou neoliberal) de defesa da democracia representativa e da liberação da atividade econômica para a iniciativa privada.

Assumido assim de modo cada vez mais consciente este novo *status*, os veículos brasileiros de comunicação de massas atingiram ao longo das décadas de 1980 e, principalmente 1990, o que poderíamos chamar de uma autêntica hegemonia narrativa em relação ao processo coletivo de dotação de sentido e construção da inteligibilidade acerca dos significados básicos de nossa experiência pública.

Agosto de 2003

**Fernando LATTMAN-WELTMAN**

Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea  
do Brasil (Cpdoc)

Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro)  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

---